

Sínclide Pronominal – vestígios de uma controvérsia

Marcelo Costa SIEVERS¹

Tania Maria Nunes de Lima CAMARA²

¹ Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil;
| marcelosievers@yahoo.com.br | <https://orcid.org/0009-0002-7012-3383>

² Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil;
| taniamnlc@gmail.com | <https://orcid.org/0000-0003-0976-9361>

Resumo: O presente artigo tem por intento mostrar a presença, na *Moderna Gramática Portuguesa*, de Evanildo Bechara, da controvérsia acerca da colocação dos pronomes oblíquos átonos, havida entre estudiosos da língua que defendiam o uso lusitano e aqueles que achavam legítima a forma brasileira. Para tanto, buscaram-se duas obras representativas dos pensamentos em conflito: a 5^a edição de *O Problema da Colocação de Pronomes (Suplemento às Gramáticas Portuguesas)*, de Cândido de Figueiredo, datada de 1928, e a 2^a edição de *Dificuldades da Língua Portuguesa*, da Manuel Said Ali, datada de 1919. Para alcançar o objetivo, tomou-se como fundamento teórico a Historiografia Linguística, uma vez que o presente estudo privilegiará a abordagem do tópico da gramática para além do aspecto linguístico, valendo-se da pesquisa bibliográfica para reconstituir as condições de produção dessas obras. Como resultado, temos que Bechara, em que pese reconheça a diferença entre as pronúncias brasileira e portuguesa, de modo igual a Said Ali, mostrando-se crítico a certas tradições da Gramática ao abraçar fundamentos da linguística contemporânea, utiliza como exemplo obras literárias brasileira e portuguesas de séculos passados, trazendo, assim, fundamentos e práticas em comum com a Cândido de Figueiredo. Do exposto, é possível concluir que todas as obras em questão cumpriram, a seu tempo, determinado papel discursivo, político e social, motivo pelo qual ainda são referências em alguma medida, e que caberá aos educadores e pesquisadores, ao longo do tempo, formar novas demandas por novos compêndios gramaticais, ao questionarem as atuais obras e despertando o respectivo público alvo.

Palavras-chave: Historiografia Linguística. Sínclide Pronominal. *O Problema da Colocação de Pronomes. Dificuldades da Língua Portuguesa. Moderna Gramática Portuguesa.*

Pronominal Enclitic – Traces of a Controversy

Abstract: This article aims to highlight how Evanildo Bechara's *Moderna Gramática Portuguesa* reflects the controversy surrounding the placement of unstressed object pronouns—a debate between scholars who defended Lusitanian usage and those who considered the Brazilian form legitimate. To this end, the study analyzes two representative works from these conflicting perspectives: the 5th edition of *O Problema da Colocação de Pronomes (Suplemento às Gramáticas Portuguesas)* by Cândido de Figueiredo (1928) and the 2nd edition of *Dificuldades da Língua Portuguesa* by Manuel Said Ali (1919). The study is theoretically grounded in Linguistic Historiography, approaching this grammatical topic beyond

its purely linguistic dimension by using bibliographic research to reconstruct the conditions under which these works were produced. The results show that Bechara, while acknowledging the differences between Brazilian and European Portuguese usage—much like Said Ali—adopts a critical stance toward certain traditional aspects of grammar by embracing principles from contemporary linguistics. At the same time, he uses literary works from past centuries—both Brazilian and Portuguese—as examples, thereby incorporating elements and practices also found in Cândido de Figueiredo's work. This analysis concludes that all the works in question served a specific discursive, political, and social role in their time; for this reason, they remain relevant references to some extent. Furthermore, it remains the responsibility of educators and researchers to articulate the ongoing need for updated grammatical compendiums.

Keywords: Linguistic Historiography. Clitic Pronouns. *O Problema da Colocação de Pronomes. Dificuldades da Língua Portuguesa. Moderna Gramática Portuguesa.*

| Introdução

Tópico marcante da diferença entre o português brasileiro e o português europeu, a colocação dos pronomes clíticos, ou sínclise pronominal, tem sido, há alguns séculos, um ponto de disputa entre concepções mais e menos puristas de como se deve ensinar e usar a língua portuguesa. Se de um lado houve, e persiste, uma apologia aos modos lusitanos nessa seara, já há ao menos um século é possível identificar o abono aos usos brasileiros, alegando-se que brasileiros e portugueses realizam pronúncias distintas, e que isto daria caso à diferença.

Assim, valendo-se dos pressupostos teóricos e metodológicos da Historiografia Linguística, e com o objetivo de identificar os vestígios dessa controvérsia na mais atual edição da *Moderna Gramática Portuguesa*, de Evanildo Bechara, obra de grande trajetória e influência, o presente artigo examina duas obras representativas dos discursos antagônicos acerca da colocação pronominal nas primeiras décadas do século XX e de que forma suas teses se fazem presentes na obra de Bechara: *Dificuldades da Língua Portuguesa*, de Said Ali, em 1908³, cuja segunda edição viria a lume, com alterações significativas, 10 anos mais tarde, e *O Problema da Colocação de Pronomes (Suplemento às Gramáticas Portuguesas)*, de Cândido de Figueiredo, datada de 1917⁴.

3 A edição da obra utilizada para este artigo foi a 7^a, publicada no ano de 2008. O conteúdo, todavia, é o mesmo daquela de 1919.

4 A edição utilizada para este artigo foi a 5^a, datada de 1928. O texto, contudo, não sofreu alterações que lhe alterassem a essência.

Será possível, ao final, concluir que, a despeito de reverberar as ideias de seu mestre Said Ali, a edição da gramática de Bechara, publicada em 2019, além de ter apresentado poucas diferenças em relação à 1^a edição, datada de 1961, utiliza exemplos extraídos de textos literários brasileiros e portugueses de séculos passados, o que ratifica a ideia de que a língua padrão deveria ser aquela da literatura.

| Fundamentação teórica e metodológica

A Historiografia Linguística, ramo de estudo das ciências da linguagem no qual se inscreve o presente artigo, é assim definida:

[...] ramo dos estudos da ciência da linguagem (institucionalizado de fato a partir da década de 1970 por autores americanos e europeus) tem como objetivo elaborar narrativas interpretativas e críticas (pelo menos como ideal) a respeito da elaboração, do desenvolvimento e da recepção de ideias sobre a linguagem humana e as línguas (Batista, 2020, p. 30).

Para alcançar o intento mencionado, continua o autor, a Historiografia Linguística terá por objeto de análise

[...] a história da linguística, entendida esta como as evidências que nos conduzem a eventos que constituem um amplo e diversificado conjunto de reflexões sobre a linguagem e as línguas (seja na forma de instrumentos linguísticos como gramáticas e dicionários, seja na forma de especulações filosóficas ou mesmo de saberes populares, entre outras possibilidades) (Batista, 2020, p. 30).

Em consonância, pois, com os pressupostos mencionados, elegeram-se edições de uma obra representativa do pensamento linguístico brasileiro acerca da síncise pronominal – Bechara (1969 [1961]; 2019) –, por entender-se que esta teve ampla aceitação entre o público ao qual se dirige, haja vista o grande número de edições que logrou até aqui, e também por ser possível considerar-se que Bechara, além de ter sido discípulo de Said Ali, conviveu com as ideias que nortearam Cândido de Figueiredo.

Ademais, por este estudo considerar, juntamente com Batista (2020, p. 38), que

[...] as ideias linguísticas não existem num vácuo absoluto (como muitas vezes as tradicionais histórias da linguística — com raízes no século XIX — parecem considerar), pois elas são produto de um agente

situado em um contexto histórico específico em diálogo (em termos de ruptura ou continuidade) com outros agentes dos saberes sobre a linguagem; o pensamento elaborado sobre a linguagem está sempre circunscrito a um horizonte de retrospecção e a um clima de opinião específico, isto é, relaciona-se com ideias anteriores a seu momento e com demandas intelectuais, culturais, científicas, pedagógicas de uma época; eventualmente, as ideias linguísticas podem estar relacionadas a políticas públicas e fomentação à cultura apropriadas a cada período histórico.

Recorreu-se às obras *Dificuldades da Língua Portuguesa*, de Said Ali, cuja 1^a edição data de 1908, e *O Problema da Colocação de Pronomes (Suplemento às Gramáticas Portuguesas)*, de Cândido de Figueiredo, publicada em 1917, por ambas terem sido obras dedicadas à síncise pronominal e representativas do pensamento gramatical da época; pensamento este que ainda reverbera em obras como a de Bechara (1969 [1961]; 2019).

| **Dois precursores – Cândido de Figueiredo e Said Ali**

As obras escolhidas de Figueiredo e de Ali apresentam, cada uma a seu turno, relevo no tocante à síncise pronominal para fins deste artigo: a primeira dedica-se exclusivamente à colocação dos pronomes oblíquos átonos; e a obra de Said Ali por, além de ser, em proporção importante, dissonante daquela de Figueiredo (1917), é textualmente citada por Evanildo Bechara, em sua *Moderna Gramática Portuguesa*, tanto na dedicatória, como na seção intitulada *Colocação dos pronomes pessoais átonos e do demonstrativo o é questão de fonética sintática*.

Adicionalmente, em atenção aos pressupostos levantados na seção anterior, no que tange ao contexto histórico em que circularam os pensamentos gramaticais dos autores selecionados, o exame das obras em questão não poderá tão-somente ater-se às afamadas regras de colocação pronominal, mas antes levará em conta o diálogo entre elas e com Bechara; utilizando, para isso, prefácios, posfácios, citações e menções a outras obras e estudiosos.

| ***O Problema da Colocação de Pronomes (suplemento às gramáticas portuguesas)***

O interesse do filólogo, gramático, lexicógrafo e escritor português Cândido de Figueiredo pelo tema em questão, segundo ele relata, é despertado por uma situação em que um consultente seu teria a ele recorrido para colher opinião acerca da construção “Um soneto pediste-me, criança”, construção esta

rechaçada por Figueiredo por não ter sido elaborada “portuguêsmente”, tendo, por isso, orientado a seu interlocutor que preferisse as proposições “um soneto me pediste” ou “pediste-me um soneto”.

Ao evento narrado, Figueiredo (1917, p. 15-16) aduz, no prólogo à 1^a edição, que:

Não podia estribar-me nas *Gramáticas*, porque estas nada me diziam a tal respeito; mas, parecendo-me que conhecia um pouco a índole e os documentos da língua, registei aquele reparo, estendi a minha observação à incorrecções análogas, e, já que me não podia abonar com as regras das *Gramáticas*, aventurei-me eu próprio a formular algumas regras sobre a colocação de pronomes pessoais, e incluí-as em livros meus. [...]. Estes livros chegaram ao Brasil, onde têm logrado o mais cativante acolhimento; e, como ali a linguagem vulgar faz a colocação dos pronomes pessoais objectivos e terminativos, por uma forma que se não coaduna com a índole e a história da língua portuguesa, muitos estudiosos e gramáticos brasileiros acharam oportuna a minha tentativa. Embora êles próprios, uma ou outra vez, pelo contacto de corruptelas vulgares, se não hajam eximido á indevida colocação de pronomes, associaram-se aos meus esforços, e levantou-se no Brasil vigorosa campanha em favor dos direitos da língua em tal assunto. Mas, lá mesmo, êles e eu topámos tal ou qual oposição, da parte de um ou outro publicista, cujo nativismo os leva a aceitar como bôas e de lei estas e outras fórmas da linguagem “vulgar do Brasil”: [...].

Mesmo entre os estudiosos da língua radicados no Brasil, como se vê, havia aqueles que entendiam que a sínclise pronominal realizada na antiga metrópole era o modelo a ser seguido na ex-colônia, e aqueles outros que, por seu turno, defendiam uma colocação à brasileira. Entre os últimos, estava o Sr. Paulino de Brito, que debateu longamente com Figueiredo por meio de artigos publicados em jornais; Brito escrevia em um jornal do estado do Pará, e Figueiredo o respondia, com ironia e sarcasmo, pelas páginas do *Jornal do Comércio* (1827-2016), do Rio de Janeiro. A compilação destas últimas corresponde à primeira parte do livro; a segunda parte aduz as regras e os *corpora* utilizados por Figueiredo para deduzir as regras da colocação pronominal.

É digno de nota o tom cáustico geralmente utilizado por Figueiredo (1917, p. 17) ao criticar o desempenho linguístico dos brasileiros e até mesmo de seus compatriotas, jornalistas:

Evidentemente, o assunto interessa especialmente ao Brasil; mas não se suponha que Portugal está isento de incorrecções sobre a colocação de pronomes [...]. Mas isto, nos jornais, não importa grande responsabilidade, conhecido o descarinho, com quo muitas vezes só redigem gazetas.

Avultam, contudo, as passagens em que o autor arroga a si e aos seus uma presumida autoridade para estabelecer o que seria a verdadeira língua portuguesa. Vejam-se-lhes, entre muitos outros, os seguintes exemplos:

O que mais importa é, por exemplo, lermos num publicista, muito ilustrado, e bem conceituado, expressões como estas, que *pela má colocação dos pronomes, não têm construção portuguesa*: [...] (Figueiredo, 1917, p. 18).

Quando digo como se fala e se escrevo português, deixo ressalvada a qualquérv povo a faculdade de falar quimbundo, chinês ou malaio; e, se no Brasil se organizasse uma linguagem, que do português só tivesse uma parte do vocabulário, eu não teria o mínimo direito de me insurgir contra essa linguagem. Contra o que que me insurjo, sem iras nem desmandos, é a pretensão daqueles que, como o sr. Paulino de Brito, querem dar o fôro de portugueses a dizeres e modismos privativos da sua terra (Figueiredo, 1917, p. 49).

Os milhares ou milhões de Negros, que a colonização do Brasil chamou da África para a América, foram aceitando naturalmente o vocabulário português, construindo a frase a seu modo; e os lavradores e colonizadores, certamente em menor número que o dos trabalhadores dos campos e das roças, e curando mais de borracha e café, do que de invasões gramaticais, deixaram-se indolentemente imbuir dos modismos, que, a toda a hora, lhes feriam os ouvidos. [...]. Esses modismos passaram dos campos para as cidades; e, quando os gramáticos brasileiros deram conta do desatino, a muitos pareceu que já era tarde para a correcção, e outros, como o sr. Paulino de Brito, tentaram dar fóros de cidade à gramática dos Negros (Figueiredo, 1917, p. 120).

Que os Negros estão de acordo com o sr. Paulino de Brito, êle próprio o poderá facilmente verificar; mas, se imagina que foram êles que aprenderam a colocação dos pronomes com os pais dos Brasileiros do sr. Brito, então, como gramático, que é, pôde comparar a pura gramática portuguesa, — não a gramática das escolas, mas a dos factos, — com as gramáticas das línguas africanas, e verá como diferem (Figueiredo, 1917, p. 120-121).

A resolução do caso cifra-se num dilema: ou vamos com a linguagem das roças, ou nos colocamos ao lado dos homens cultos, dos letrados, dos mestres, das tradições da língua (Figueiredo, 1917, p. 124).

O discurso acerca da colocação pronominal de Figueiredo é ainda ratificado pelo *Prólogo* e no *Apêndice* da obra. No prefácio, escrito sob o título de *Juízo Crítico*, o filólogo, linguista e lexicógrafo português Gonçalves Viana apresenta a seguinte argumentação:

Trata-se de saber no Brasil se é legítima e portuguesa a colocação que lá dão aos pronomes pessoais com relação ao verbo a que pertencem, e é litígio que dura há já meio século. Três são os casos que mais avultam, com relação a esta espécie, no falar brasileiro. 1º Deslocação do pronome sujeito de orações interrogativas: — *Quando ele veio?* em vez de *Quando veio ele?* 2º Anteposição do pronome regime em orações enunciativas: *Me diga, me diz*, em lugar de — *Diga-me, diz-me*. 3º Posposição do pronome regime em oração de relativo: *O homem que viu-me*, por *O homem que me viu*. [...]. No português do reino, essas construções são piores que defeituosas, são inauditas, incompreensíveis: [...]. Essas construções sintácticas nem são nem foram nunca portuguesas, são crioulas, como crioulas são também as mais das particularidades de pronúncia brasileira, que das de Portugal se afastam (Viana, 1917, p. 6-7).

Vê-se, na citação, a existência de um discurso segundo o qual a colocação dos pronomes pessoais tal qual feita no Brasil não seria sequer portuguesa; e que as construções particulares da língua portuguesa seriam crioulas, constituindo o que poderia vir a ser um dialeto em algum tempo: “O fenómeno seria de bastante interesse, pois equivaleria à produção de um dialecto especial da língua portuguesa; mas a dar-se essa evolução, em nada afectaria ela, nem poderia jamais afectar, o idioma pátrio no seu berço glorioso” (Viana, 1917, p. 8). Destaque-se ainda o reconhecimento das “particularidades de pronúncia brasileira”, o que vai respaldar as prescrições de Ali, Bechara e outros tantos.

O mesmo discurso permeia a obra em sua totalidade. No *Apêndice*, é reproduzido um texto de autoria do escritor, educador e jornalista paraense José Veríssimo, em que até são feitas concessões à evolução da língua, mas o autor ainda assim vincula a boa escrita à literatura, em linha com a colocação pronominal preconizada por Cândido de Figueiredo:

De mim creio que, não obstante as excelentes razões e argumentos do sr. Said Ali, que, aliás, devem sér recebidas em termos, e

agora do gramático paraense, não há motivo para cedermos sem relutância ás imposições da nossa viciosa pronúncia, a qual nos leva a uma ordem pronominal, sob o aspecto da nossa tradição clássica, defeituosa. Não basta descobrir um facto ou uma lei filológica, para á conta dêle modificarmos os preceitos e usos consagrados da nossa língua; é preciso que êsse facto alcance tal grau de generalidade e universalidade, que dispense a justificação dos gramáticos. Ora, isso se não passa ainda com o da posição dos pronomes no Brasil. É certo que aqui os mesmos cultos, o até os gramáticos no falar corrente, os colocam de maneira diversa dos Portugueses, ainda rústicos. Mas aqui mesmo os escritores mais vernáculos, como um Gonçalves Dias ou um João Lisboa, para não falar senão de mortos, ainda pondo-os algumas vezes á brasileira, timbram em seguir a construção portuguesa clássica. Esta, com as legítimas modificações do natural evolver da língua, devem seguir os escritores que pensam em dar á nossa pátria uma expressão literária quo não seja uma geringonça ou algaravia de gente inulta (Veríssimo *apud* Figueiredo, 1917, p. 394-395).

No último texto do *Apêndice*, Cândido de Figueiredo refuta a argumentação da lavra de Silva Ramos, professor, poeta e filólogo pernambucano. Importa aqui pontuar que, no texto de Ramos, consta argumento que aparece em manuais de gramáticas contemporâneos, qual seja aquele segundo o qual as chamadas formas pronominais oblíquas átonas no português brasileiro não seriam verdadeiramente átonas, o que leva aos brasileiros inclusive iniciarem o período com elas.

| A Sínclise Pronominal em *O Problema da Colocação de Pronomes*

Figueiredo (1917), para deduzir as suas regras de bom uso de colocação de pronomes clíticos, ao contrário do que, segundo ele, faziam os demais gramáticos, optou por examinar a síncise pronominal em “uma dúzia de escritores primaciais, antigos e modernos, portugueses e brasileiros, observados minuciosamente na maneira que usaram normalmente e anormalmente quanto à disposição dos pronomes pessoais objectivos e terminativos” (Figueiredo, 1917, p. 133), a saber: os brasileiros Machado de Assis (*Memórias Póstumas de Brás Cubas*); Rui Barbosa (*Discursos e Conferências*); João Ribeiro (*Páginas de Estética*); José de Alencar (*Iracema e Guarani*); os portugueses modernos Castilho (*Outono*); Herculano (*Eurico*); Latino Coelho (*Oração da Corôa*); Garrett (*Frei Luís de Sousa*); Camilo (*Estrelas Funestas*); e os antigos Dom Francisco Mantel (*Apólogos Dialogais*); Vieira (*Sermões, 6^a parte*); Manuel Bernardes (*Luz*

e *Calor*); Luís de Sousa (*História de San-Domingos*, vol. 1); e Bernardim Ribeiro (*Saudades*)⁵.

Teve ainda por referencial as gramáticas portuguesas de Lobato, Morais, Soares Barbosa, Epifânio, Adolfo Coelho, Domingos de Azevedo, Ribeiro de Vasconcelos, Cortesão; e as brasileiras de Sotero, Júlio Ribeiro, Maciel, Augusto Freire, Eduardo Carlos Pereira, João Ribeiro, Alfredo Gomes e Paulino de Brito⁶.

Figueiredo (1917, p. 132) argumenta que

Até agora, as raras discussões, que se têm suscitado sobre a colocação ou disposição dos pronomes pessoais objectivos e terminativos, estribam-se no modo de vêr individual dos litigantes, na sua própria prática, na afeição ou desafeição com que se recebem processos de outrem, e ainda no amor, com que aceitamos os processos, quaisquer que sejam, da terra onde nascemos.

O escritor parece fazer o mesmo, quando embasa suas prescrições nas gramáticas de outros autores; sem contar que o critério de afeição e desafeição permeia praticamente toda a obra em análise, como se pode observar no estilo mordaz com que combate a língua portuguesa em uso no Brasil.

Passando-se às regras, ou descrição dos fatos, como preferiria Figueiredo, identificamos a célebre regra geral segundo a qual a ênclise é a colocação preferida, na ausência de palavras atrativas. As palavras atrativas apontadas por Figueiredo são: pronomes adjetivos possessivos, demonstrativos, indefinidos; pronomes relativos; os numerais adjetivos; o numeral *ambos*; as palavras *mesmo*, *alguém*, *tudo*; e locuções pronominais podem atrair o clítico.

Entre os advérbios, destacam-se os de negação, tempo, lugar, modo, quantidade e dúvida, desde que não haja pausa ou ênfase.

Com referência às conjunções, *se*, *como*, *quando*, *que* (integrante aparente ou subentendida), *ou*, *ora*, *quer*, *pois*, *apenas*, *caso* e *embora*, *porque* e *que* (causal), atraem o clítico, enquanto adversativas geralmente não o fazem. As locuções conjuntivas seguirão a qualidade atrativa da respectiva conjunção equivalente.

5 Cf. Figueiredo (1917, p. 133-135).

6 A relação de gramáticas mencionadas em Figueiredo (1917, p. 130) não poderá ser escrutinada à exaustão no presente estudo, dadas as condições de realização desta pesquisa, ficando o convite a um exame mais acurado dessas obras em seu confronto com suas sucedâneas.

A respeito das preposições, o autor estabelece que algumas delas, a exemplo de *como, por, com, sem, até, segundo, conforme*, atraem o clítico consistentemente; outras, como *para* e *em*, apresentam variações.

Quanto à distância entre a palavra atrativa e o clítico, o autor ressalva que pode ensejar a ênclise, embora não considere exemplar este uso; em construções compostas com dois verbos, há preferência pela próclise ao primeiro verbo.

Em relação ao início de oração, o autor faz concessão à próclise no caso de orações subordinadas ou enfáticas, ao defender que o clítico pode iniciar a frase sem ser considerado incorreto.

| A obra *Dificuldades da Língua Portuguesa*

O livro *Dificuldades da Língua Portuguesa* teve por objetivo aclarar alguns dos pontos mais controversos da gramática do nosso idioma; nas palavras do próprio autor, o filólogo e linguista fluminense Manuel Said Ali, no prefácio à 1^a edição, publicada em 1908, “não é intuito deste livro oferecer aos leitores o esclarecimento de todas ‘as’ dificuldades da nossa língua. Poucas as questões, mas nem por isso menos interessantes, as de que aqui me ocupo” (Ali, 2008, p. 9). Fizeram parte da seleção do autor os seguintes temas: fenômenos de entonação; colocação de pronomes pessoais; o infinitivo pessoal; verbos sem sujeito; o pronome “se”; “Todo o Brasil e Todo Portugal”; haver e ter; participios duplos; o futuro; nomes próprios geográficos e o purismo e o progresso da língua portuguesa.

A propósito da elaboração da 2^a edição da obra, em 1919, segundo consta no novo prefácio, foram feitas poucas emendas, com exceção ao capítulo de colocação dos pronomes, que foi quase totalmente reescrito e desdobrado em dois. Justifica o autor:

Não que eu me propusesse estilizar melhor o que já dissera ou firmar doutrina fundamentalmente diversa: mas tendo colhido, como fruto de continuadas e pacientes pesquisas, dados novos que completavam as observações anteriores, retificando alguns pontos, julguei oportuno e necessário analisar metodicamente todos os casos particulares, fazendo a aplicação prática da teoria geral que desenvolvi na *Revista Brasileira* de 1895, e em meu livro reproduzi ao dá-lo pela primeira vez à estampa. Esta teoria encontra a explicação natural de certas dificuldades de colocação dos pronomes, contra as quais debalde se inventou a tortura de regras fixas ou a bateria de teorias promíscuas e contraditórias (Ali, 2008, p. 11-12).

É digna de nota também a passagem em que o autor alude a pressupostos teóricos da Linguística, mencionando Ferdinand de Saussure:

Levei sempre em conta, nas diversas questões de que me ocupei, o elemento psicológico como fator importantíssimo das alterações de linguagem e, inquirindo a persistência ou instabilidade dos fatos linguísticos, tomei para campo de pesquisas não somente o português do período literário que se estende de João de Barros a Manoel Bernardes, mas ainda o falar hodierno e, por outra parte, o menos estudado falar medieval. Pude assim colher resultados que dão regular ideia da evolução do idioma português desde a sua existência até o presente, de onde se vê a razão de certas dicções duplas, coexistentes ora e ora sucessivas, fontes, muitas vezes, de renhidas e fúteis controvérsias. Nesses fatos encontraria F. de Saussure, creio eu, matéria bastante com que reforçar as suas luminosas apreciações sobre linguística sincrônica e linguística diacrônica (Ali, 2008, p. 12).

Parece o autor, pelo excerto acima, entender com naturalidade a questão da variação e da transformação da língua portuguesa, o que se evidencia também por sua citação:

Surge a inovação, formulada acaso por um ou poucos indivíduos; se tem a dita de agradar, não tarda a generalizar-se o seu uso no falar do povo⁷. A gente culta e de fina casta repele-a, a princípio, mas com o tempo sucumbe ao contágio. Imita o vulgo, se não escrevendo com meditação, em todo o caso no trato familiar e falando espontaneamente. Decorrem muitos anos, até que por fim a linguagem literária, não vendo razão para enjeitar o que todo o mundo diz, se decide também a aceitar a mudança (Ali *apud* Bechara, 2008 [1993], p. 24).

7 É de interesse pontuar que esta citação vai ao encontro de uma fala atribuída a Saussure: “Um fato de evolução é sempre precedido de um fato, ou melhor, de uma multidão de fatos similares na esfera da fala; isto em nada debilita a distinção estabelecida anteriormente [língua, social, e fala, individual]; esta se acha inclusive confirmada, pois na história de toda inovação encontram-se dois momentos distintos: 1º - aquele em que ela surge entre os indivíduos; 2º - aquele em que se tornou um fato de língua exteriormente idêntico, mas adotado pela comunidade” (Saussure, 2012, p. 141). Contudo, “a língua retém somente uma parte mínima das criações da fala; mas as que duram são bastante numerosas para que se possa ver, de uma época a outra, a soma das formas novas dar ao vocabulário e à gramática uma fisionomia inteiramente diversa” (Saussure, 2012, p. 227).

A Sínclide Pronominal em *Dificuldades da Língua Portuguesa*

Importa antes de adentrarmos as colocações pronominais tais quais descritas na obra em questão, examinarmos dois temas abordados em outros capítulos da obra que se relacionam com o posicionamento dos pronomes nas sentenças: o primeiro deles é a entonação; ou outro, o purismo.

A propósito da entonação, argumenta Ali (2008, p. 5-6):

Mas o vocábulo não se costuma empregar isolado; entra como parte componente de uma oração, a qual tanto nas suas relações fonéticas como nas sintáticas constitui uma unidade, um todo. Nesse todo, na oração, há por sua vez palavras pronunciadas umas com mais força, outras com menos, umas com voz mais alta, outras com voz mais baixa. Na frase *o homem é mortal*, os vocábulos *homem* e *mortal* soam mais fortemente que as palavras *o* e *é*; a acentuação do predicado é mais forte que a do sujeito *e*, das duas palavras fracas, o artigo *é* mais fraco do que o verbo *é*. Logo, a acentuação oracional é a característica relativa de todas as palavras que constituem a oração.

Como se viu, a propósito das regras de colocação pronominal descritas por Cândido de Figueiredo, em que se fizeram algumas menções a situações em que pausas, realces e ênfases exerciam influência sobre a sínclide pronominal, este ponto também será abordado nas regras apontadas por Said Ali e, mais futuramente, em Bechara.

A respeito do purismo, assunto abordado por Ali no último capítulo, faz-se um breve histórico daquela que se tornaria a língua portuguesa escrita. Segundo o autor, longe de ser a língua literária, tampouco ser a “expressão do falar do povo”, o português escrito foi uma demanda das relações políticas e sociais de Portugal que, na ausência de um idioma único, já que o território português se encontrava retalhado em dialetos, optou por um deles para ser sua escrita oficial, o qual supõe-se ser o interamnense (Ali, 2008, p. 212).

Por ter encontrado adesão junto ao rei e à corte, esta língua passou dos documentos oficiais para as artes; trovas, cantigas, lendas, crônicas passaram a ser compostas nesta língua, o que a fez um objeto de admiração. Com o tempo, porém, as relações econômicas, humanas e sociais se complexificaram, requerendo uma atualização da língua, do que resultou a entrada, na linguagem culta, de dizeres populares, esses oriundos dos dialetos populares, sem contar com os estrangeirismos.

Sobre os estrangeirismos, merece destaque a influência francesa sobre o português, que menciona Said Ali:

Veio porém no século XVIII a campanha exagerada contra o que o idioma vinha recebendo da civilização de França. Desorientaram-se então os críticos sobre a noção de classicismo e deram ao vocábulo “pureza” a estreita e absurda acepção de linguagem que se contenta e satisfaz, durante trezentos ou quatrocentos anos consecutivos, com elementos domésticos e vocabulário recebido dos escritores da renascença. Deu-se assalto a uns poucos de galicismos grosseiros; mas ao mesmo tempo outros muitos, bem necessários, penetravam subrepticiamente na língua portuguesa. Cuidou-se poder dispensar novidades francesas; mas ressuscitavam-se arcaísmos, davam-se foros de nobreza a termos vulgares e plebeus e, pior do que tudo, fabricava-se, desmentindo portanto a noção de pureza, quantidade de compostos latino-portugueses, desnecessários, ininteligíveis e contrários à índole da língua. Abastecia-se o idioma à força. Era assim que se provava a pureza e a riqueza. Nem por isso vieram mais abundantes as ideias e mais puras, nem se fez mais enérgica a frase, nem o estilo mais elegante. Mas a língua portuguesa, apesar das extravagâncias e caprichos de alguns, e das torturas que padeceu, continuou lentamente a progredir como dantes (Ali, 2008, p. 231).

Evoca-se, como se sabe, uma certa pureza ao vociferar-se contra as transformações de qualquer ordem que um determinado estado da língua venha a sofrer. Ali (2008, p. 230-231) pontua que essa busca pela pureza da linguagem “teve a princípio por objeto evitar barbarismos, solecismos, arcaísmos, plebeísmos, assim como a adoção daqueles termos novos ou estranhos que fossem absolutamente desnecessários”. Contudo, o purismo, nas palavras do autor, tem conotação negativa, sendo um pensamento eivado de um reacionarismo que não consegue vislumbrar o progresso da língua:

O purismo encara a questão de outro modo. Não pesa devidamente os resultados do progresso e, infenso, por princípio, a inovações, procura, na suposta pureza do português de outros tempos, valores que as desalojem e substituam. Mas a lista das inovações e termos de procedência estrangeira que circulam incontestados, designando conceitos novos, é extraordinariamente longa; e o purismo entretanto, contra sua própria doutrina, é indulgente com essa produção, a seu ver parasitária, porque sabe quanto seria anacrônico ir buscar equivalências em ouro puro no gabado tesouro antigo (Ali, 2008, p. 228).

Said Ali, como vimos, reconhece como natural e importante a transformação da língua ao longo do tempo; ainda que faça concessões a certos usos que Cândido de Figueiredo não fazia, recorre a um *corpus* misto de português literário de tempos passados e mais recentes, dando continuidade à tradição clássica da gramatização.

| Colocação dos Pronomes Regidos de Infinitivo ou Gerúndio

Ali inicia sua descrição da síncise pronominal dos pronomes regidos de infinitivo ou gerúndio estabelecendo que o “O português, ao contrário do castelhano e do italiano, tem como regra não principiar o discurso pelo pronome átono” (Ali, 2008, p. 23). Esses pronomes ou “se encosta ao verbo, ou a outro vocábulo anterior” (Ali, 2008, p. 24). Usa como demonstração excertos da obra de Fernão Lopes, João de Barros e Camões.

Uma ressalva, porém, é feita quanto a tão falada atração que muitos autores mencionam a propósito da descrição da síncise pronominal. O autor esclarece que a posição normal do clítico é após o verbo, a ênclise; uma vez antecipado, por solicitação de outro vocábulo, haverá uma “deslocação, uma atração puramente fonética” (Ali, 2008, p. 24) e que “trata-se de uma metáfora, porque em todo o vocabulário não existe uma única palavra dotada de força imanente que determine a aproximação de outras palavras” (Ali, 2008, p. 25).

O autor ainda aduz o fato de que o português arcaico permitia a colocação do clítico logo após a palavra que o desloca, como em “muitos que se com elle foram” (Fernão Lopes). Ao longo do tempo, porém, esse afastamento do clítico em relação ao verbo foi sendo evitado, de modo que, a partir do século XVII,

O pronome solicitado por certos vocábulos, não podendo vir depois do verbo, não ficará tampouco muito aquém dele. O seu lugar passa a ser, na linguagem literária, imediatamente antes do verbo. De então para cá não se tolera mais a interposição de outro vocábulo. Apenas às orações negativas se permite o uso da velha regalia: que se não pede a par de que não se pede; se o não dá ao lado de se não o dá. A linguagem popular de Portugal conservou, todavia, até o presente muitos vestígios da construção antiga (Ali, 2008, p. 24).

Figueiredo (1917, p. 383) também fez menção a essa construção mencionada por Ali: “o pronome pessoal atónico, que deveria sêr proclítico, por o atrair uma partícula anterior nos aparece muitas vezes enclítico, por ficar longe da referida

partícula” (Figueiredo, 1917, p. 383). Contudo, não a considerava exemplar, preferindo o que Ali chama de vestígios da construção antiga.

Ainda a atração, como vimos em Figueiredo (1917), foi uma justificativa utilizada para algumas várias regras, entre as quais havia pronomes pessoais, advérbios locuções adverbiais, preposições, etc. Com referência aos pronomes pessoais, Said Ali postula que se usam as duas construções, sendo possível até que venham avizinhadas, sem inconvenientes (Ali, 2008, p. 25).

Em relação aos advérbios, restaram alguns que parecem determinar próclise: “avultam entre eles as negativas *não, nunca, jamais*, quando se acham antes do verbo a que modifiquem diretamente” (Ali, 2008, p. 26). Contudo, com o verbo no infinitivo (impessoal), a palavra negativa (advérbio, preposição, conjunção) “é obstáculo muito fraco ao emprego do pronome depois do verbo” (Ali, 2008, p. 26).

Tratando-se de preposições, o autor utiliza critério de natureza fonética ao definir que

Por toda a parte observaremos que a preposição e encosto do pronome átono a outro vocábulo valorizará a pronúncia deste. Se for a palavra átona por natureza, adquirirá mais vulto à custa do pronome; se for termo de tonalidade cheia, tornar-se-á mais notório que na pronúncia usual e o processo servirá nas frases em que a algum vocábulo se queira dar maior destaque. Condição imprescindível para que o pronome possa encostar-se a um termo anterior ao verbo é constituir a frase um todo foneticamente unido, que não permita pausa entre o vocábulo a valorizar e o verbo, salvo aquela que naturalmente é determinada pela intromissão de expressões mais ou menos longas (Ali, 2008, p. 28).

Detalha, porém, a relação delas com os verbos nas formas infinitas. Quanto ao particípio, já é sabido que ele não se liga aos pronomes oblíquos átonos. Com infinitivo, esclarece que as únicas palavras átonas que podem atrair o clítico são as preposições e a negativa *não*. Nos demais casos, a restrição colocada por Ali é o uso, ainda assim não obrigatório, da próclise com infinitivo flexionado para evitar formação de grupos esdrúxulos. Portanto, com infinitivo, a próclise é facultativa, sendo um recurso estilístico para dar ênfase a outro termo adiante.

Ainda utilizando critério fonético, trata-se da preposição com infinitivo flexionado. Segundo o autor,

Basta a sílaba átona da desinência para que ao português clássico repugne o acréscimo do pronome, isto é, de outra sílaba átona. Aqui todas as regras supramencionadas relativas ao infinitivo, tendo expressa uma das preposições *em*, *de*, *para*, *sem*, *até*, *com*, *sobre*, e exigindo ou tolerando o pronome pós-verbal, perdem a sua validade. O pronome aqui recua sistematicamente para antes do verbo. Dizem os clássicos: *para servir-vos* ou *para vos servir*; *de mandá-lo* ou *de o mandar*; *em ligar-se* ou *em se ligar*. Mas por toda a parte os vemos construir de um só modo: *para vos servirmos*; *de o mandarem*; *em se ligarem* (Ali, 2008, p. 33).

Em se tratando da preposição *por* seguida do infinitivo pessoal ou impessoal, Said Ali, todavia, estabelece que se deve pospor o clítico ao verbo; sendo possível antepô-lo apenas quando houver expressão qualquer que o verbo da partícula. Com a preposição *a*, modernamente aplica-se também a ênclise.

Os advérbios de negação, assim como as preposições *em*, *de* e *para*, provocam próclise com infinitivo pessoal; com infinitivo impessoal, é possível a próclise ou a ênclise.

Nos casos em que o clítico se relaciona com um verbo no gerúndio, Ali (2008, p. 35) preconiza a ênclise,

[...] salvo se este é preposicional (só pode servir a prep. *em*), ou negativo, ou se acha modificado diretamente por algum advérbio de modo. Nestes casos excepcionais a anteposição é de rigor: *em se falando*; *não o encontrando em casa*, retirou-se; *assim o querendo o céu...* [i. e., se *assim o céu o quiser*]. [...]. Claro é que não se há de confundir o advérbio que modifica o gerúndio com as negativas e advérbios referidos a outros verbos.

Encerrando as colocações dos pronomes oblíquos átonos regidos de formas verbais infinitas, abordam-se as conjunções coordenativas, as quais não exercerão influência sobre o clítico.

| Colocação dos Pronomes Regidos de Formas Verbais Finitas

Com as formas verbais finitas, Said Ali estabelece que, de um modo geral, o pronome relativo e a conjunção subordinativa importam o deslocamento do pronome clítico, considerando, contudo, dignos de atenção, os casos particulares em que na linguagem lusitana a regra não é aplicada. Nas orações coordenadas

iniciadas por *e* ou *mas* deveria ocorrer o mesmo, dada a sua atonicidade, mas o que o autor descreveu foi a ocorrência da ênclise na linguagem corrente⁸.

Na presença do “conectivo-disjuntivo” *ou*, o autor utiliza a semântica para estabelecer qual a colocação:

Servindo para denotar equivalência ou quase equivalência, melhoria ou retificação de ideias; ou sendo tal o pensamento geral, que o fato mencionado após a conjunção ou não exclua necessariamente o outro referido antes; em qualquer destes casos deixará a partícula de influir sobre o pronome pessoal átono (Ali, 2008, p. 40).

Ocorrerá ênclise também nas orações exclamativas e interrogativas com a conjunção em questão; contudo, havendo na oração ideia de exclusão de um dos elementos coordenados, Said Ali lhe atribui à conjunção ênfase, atraindo, pois o clítico (Ali, 2008, p. 41).

No que tange às orações subordinadas, Said Ali também vai de encontro a Figueiredo (1917), uma vez que este último não considera exemplar o uso da ênclise, nesses casos, quando o vocábulo deslocante se encontra distanciado do clítico ou em razão da ênfase ao verbo ou termo posterior. E ainda critica, a este propósito: “Grave erro e falha de senso é não levar em conta tais fatores e atribuir as anomalias indistintamente a descuidos ou deslizes dos que escrevem” (Ali, 2008, p. 42).

Com relação à entonação, Said Ali faz uma ressalva da qual se pode assimilar a ideia de que quaisquer outros vocábulos poderão atrair para si o clítico, o que tornaria, em certa análise, a colocação do pronome oblíquo átono bastante flexível. Vejamo-la:

Se a teoria da atração fonética é correta, necessariamente deslocarão também o pronome átono quaisquer outros vocábulos, não pertencentes às categorias gramaticais até aqui consideradas, que se usem, porém, igualmente antes do verbo, destituídos de entonação e sem admitirem pausa. Os advérbios em muitas frases preenchem bem estas condições. Outras vezes, pelo contrário, pronunciam-se com mais vigor, evidenciando-se a pausa logo depois, e cessam então de influir sobre o pronome (Ali, 2008, p. 43-44).

⁸ Ali (2008, p. 38).

Ali, contudo, não admite a ocorrência de pausa antes de verbo em orações exclamativas e interrogativas iniciadas por palavras exclamativas e interrogativas, do que resulta realizar-se a próclise (Ali, 2008, p. 45). Estende-se a mesma prática às orações exclamativas iniciadas por sujeito, objeto ou advérbio (Ali, 2008, p. 52).

Ao tratar-se das orações em que ocorrem dois termos deslocantes, a exemplo de *que não se faz*; *que se não faz*, o autor utiliza a mesma explicação dada no capítulo anterior, quando aduziu que as construções aludidas opõem as preferências brasileira e lusitana. Tece ainda crítica, com ironia, aos que como Cândido de Figueiredo imputam ao Brasil um falar errôneo, em tal aspecto:

Por ser usadíssima no Brasil, uma das maneiras de construir a frase negativa, ao passo que a outra aparentemente predomina em Portugal, não falta quem – partindo do pressuposto que em conjunturas tais o brasileiro sempre desacerta – condene de todo ou, quando menos, tache de pouco exemplar a prática de cá, nem quem, envergonhado ou arrependido – o que é mil vezes pior – se meta a espevitar o seu falar espontâneo com tanto afã e escrúpulo, que por vezes se torna ridículo ainda para o sentir do próprio lusitano. Ponha-se freio à acusação e tenha-se mais confiança nas aptidões nativas (Ali, 2008, p. 46-47).

Em relação a orações com sujeito expresso sob a forma de nome ou pronome (exceto pronome relativo ou interrogativo), Said Ali estabelece que, a menos que se queira atribuir-lhe ênfase, o uso mais razoável é o da ênclise. Recorre, para isto, a critério psicológico e fonético: por ser uma noção sabida do enunciador, subdominante, o verbo será proferido com maior entonação; esta sim a noção dominante (Ali, 2008, p. 48). O mesmo critério é aplicado aos numerais e ao vocábulo *outro* (Ali, 2008, p. 49).

Na ocorrência de pronomes átonos representando pleonasticamente um objeto mencionado no começo da oração, não sofrerá influência deste objeto, a menos que este seja um pronome pessoal (Ali, 2008, p. 52).

Nas locuções verbais, o clítico que não servir de objeto ao verbo principal será colocado em relação ao verbo auxiliar. Do contrário, ele virá enclítico ao verbo principal; contudo, Ali pondera que como ambos os verbos são pronunciados ligadamente, e o verbo auxiliar tem intensidade mais fraca, existe a tendência a se unir o pronome ao vocábulo que se profere primeiro. Mais uma vez, temos um peso bastante relevante atribuído a fonética sintática (Ali, 2008, p. 52). Em se tratando de particípio, o clítico jamais poderá ligar-se a ele (Ali, 2008, p. 53).

Os tempos verbais futuro do presente e futuro do pretérito são originados pela combinação de um verbo no infinitivo com um auxiliar. Na ocorrência de pronomes clíticos, estes se unem à forma infinita, deslocando o auxiliar para o final da expressão: *obedecer-lhe-á*; *obedecer-lhe-ia*. Em havendo vocábulo deslocante, esses tempos serão conjugados como forma simples: *não lhe obedecerá*; *não lhe obedeceria* (Ali, 2008, p. 53).

Com o verbo principal no gerúndio, comumente o clítico será posicionado em relação ao verbo auxiliar, sendo pouco usada a construção com relação ao verbo principal; havendo, contudo, inversão, o clítico não irá apor-se ao auxiliar de modo algum (Ali, 2008, p. 53-54).

Em construções em que haja infinitivos ligados aos verbos *poder*, *querer*, *dever*, *ir*, *vir*, *mandar*, *tornar a*, *começar a*, *saber*, *deixar* e outros – sendo enunciadas na ordem direta, é permitido deslocar-se o pronome, para colocar em evidência o verbo subsidiário ou alguma expressão que venha antes (Ali, 2008, p. 54). Ressalta o autor, porém: “Repugna-nos, todavia, usar o pronome acusativo *o*, *a*, *os*, *as* como enclítico de certas formas verbais. Dizemos geralmente quer ou quiz guardal-o, e não que-lo ou qui-lo guardar, apesar de um ou outro exemplo raríssimo em linguagem literária [...]” (Ali, 2008, p. 54).

Na ocorrência da expressão *haver de* seguida de infinitivo, Said Ali aponta para três possibilidades: (1) ênclise ao verbo infinito; (2) próclise ao verbo infinito, em virtude da preposição; (3) deslocamento por influência do verbo *haver*, podendo ocorrer até mesmo próclise a esta, na ocorrência de mais um vocábulo deslocante (Ali, 2008, p. 54-55).

Por “interromper um grupo exígratório, para dar passagem a termos ou frases de certa extensão, não equivale a destruir o grupo. A pausa impõe-se, antes e depois da intercalação, porque não haveria fôlego bastante para dizer tanta cousa sem parar” (Ali, 2008, p. 55), o autor refere-se a intercalações que eventualmente ocorrem entre um vocábulo deslocante e o clítico. Para o autor, não se deve abusar desse tipo de construção, embora seja possível a próclise. Contudo, é considerado abuso por Said Ali fazer oração adverbial atrair o pronome, em que pese quinhentistas o tenham feito (Ali, 2008, p. 56).

Para concluir o capítulo, Said Ali argumenta acerca da diferença entre as pronúncias lusitana e brasileira, de maneira semelhante à que Silva Ramos, citado por Cândido de Figueiredo, em seção anterior deste artigo, o fez.

Defende, pois, a correção da forma brasileira de realizar a sínclide pronominal, alicerçando-se, assim, nos pressupostos teóricos atribuídos a Saussure⁹:

As línguas alteram-se com a mudança de meio; e o nosso modo de falar diverge e há de divergir, em muitos pontos, da linguagem lusitana. Muitas são já as diferenças atuais, que passam despercebidas por não haver um estudo feito neste sentido. Não é caso para eternamente nos julgarmos inferiores aos nossos “maiores”. De raciocínio em raciocínio chegaríamos ao absurdo de considerar extraordinário conhecedor da nossa língua, e mais profundo do que o mais culto brasileiro, o camponês analfabeto que, tendo tido a fortuna de nascer na Beira ou em Trás-os-Montes, pronuncia átonos os pronomes e, consequentemente, os coloca bem à portuguesa. [...] verdadeira conclusão científica não pode ser senão esta: em Portugal é certa a colocação peculiar dos pronomes por ser de uso geral; no Brasil também é certo o nosso modo de empregar os pronomes por ser igualmente de uso geral (Ali, 2008, p. 59).

| Cândido de Figueiredo e Said Ali em Bechara

Até aqui, este artigo dedicou-se a examinar as obras Figueiredo (1917) e Ali (2008), e pôde identificar, de maneira resumida, que Figueiredo (1917), valendo-se de *corpus* extraído das literaturas portuguesa e brasileira, antigas e contemporâneas a ele, descreveu o comportamento do clítico calcado eminentemente na classe gramatical das palavras atrativas, fazendo, vez por outra, concessões a critérios de ênfase, entonação ou realce. Avulta, além da quantidade expressiva de prescrições – superior a duas dezenas –, a preocupação com uma suposta pureza da língua portuguesa. Fica muito evidente que, para esse autor, a língua portuguesa é aquela de Portugal, sendo o Brasil algum dialeto parcialmente português com influências crioulas.

9 Segundo Saussure (2004, p. 132), “a língua se diferencia no tempo e, ao mesmo tempo, ela se diferencia ou se diversifica no espaço”, ao que Marques (2016, p. 51), adiciona “as transformações linguísticas são abordadas como próprias do curso natural das línguas, uma vez que apenas influência artificial externa pode explicar a anomalia de uma língua que permanece imutável (ou quase) no decorrer do tempo. ‘Desse modo, é preciso distinguir totalmente corrupção e mudança e desfazer a ideia de corrupção, que não tem lugar em linguística’ (Saussure por Riedlinger, Curso I, 1907, p. 13 *apud* Marques, 2016). [...]. É interessante observar logo no início do primeiro curso essa abordagem que hoje poderia ser classificada como sociolinguística, na qual a concepção de erro não tem lugar, mas sim a concepção de variantes. Isso porque ‘da ideia de corrupção deriva a falsa apreciação de regionalismos e dialetos’ (Saussure por Riedlinger, Curso I, 1907, p. 14, *apud* Marques, 2016). Consequentemente, uma análise linguística não contempla desenvolvimento ou corrupção, antes trabalha a partir de mudanças regulares e irregulares”.

Said Ali, por seu turno, em que pese realize uma quantidade considerável de prescrições, fê-las em menor quantidade, e as resume em poucos parágrafos, ao final do segundo capítulo dedicado ao tema:

Na linguagem corrente de Portugal, os pronomes pessoais complementos colocam-se normalmente depois do verbo; podem, no entanto, deslocar-se. Essa deslocação efetua-se em virtude de uma lei fonética, a saber: quando não há pausa depois da palavra que precede o verbo, o pronome átono passa a interpor-se, ou seja, para amparar o primeiro vocábulo se tiver pronúncia fraca, ou para fazê-lo sobressair enfaticamente se tiver entonação própria. As exceções aparentes são devidas à interferência de outras leis.

Assim é que no infinitivo não flexionado o conceito do substantivamento pode neutralizar a ação atrativa de vocábulos átonos, como a preposição e o advérbio negativo.

Com os elementos fornecidos pela fonética, pode a sintaxe dar esta regra de anteposição do pronome, segundo o falar lusitano, tratando-se de orações de verbo finito: o pronome átono antepõe-se ao verbo nas frases negativas, nas interrogativas que comecem por pronome de interrogação ou partícula interrogativa, e nas subordinativas (com algumas exceções).

A crescente-se ainda que o discurso não deve começar por pronome átono, que nas formas do futuro a posposição é substituída pela (aparente) interposição, e que nos chamados tempos compostos o pronome é enclítico do auxiliar e não do particípio passado (Ali, 2008, p. 59-60).

Além disso, é notória a defesa da pronúncia brasileira feita por Ali, o que estará presente em manuais de gramáticas ulteriores, como se poderá observar na *Moderna Gramática Portuguesa*, em que, na seção *Colocação dos pronomes pessoais átonos e do demonstrativo* o é questão de fonética sintática, mencionando-se Said Ali, a quem Bechara atribui a tomada do assunto pelo aspecto fonético. Ademais, argumenta Bechara (1969 [1961], p. 399; 2019, p. 617):

A Gramática, alicerçada na tradição literária, ainda não se dispôs a fazer concessões a algumas tendências do falar de brasileiros cultos, e não leva em conta as possibilidades estilísticas que os escritores conseguem extrair da colocação de pronomes átonos. Daremos aqui apenas aquelas normas que, sem exagero, são observadas na linguagem escrita e falada das pessoas cultas. Não se infringindo os critérios expostos, atendendo-

se às exigências da eufonia. É urgente afastar a idéia de que a colocação brasileira é inferior à que os portugueses observam [...]

No tocante aos critérios de colocação pronominal aos quais Bechara alude, temos uma divisão naqueles que dizem respeito à colocação em relação a um só verbo e naqueles em relação a uma locução verbal. Quanto ao primeiro grupo, principia estabelecendo que não se inicia período por pronome átono. Esta prescrição é retomada mais adiante quando, ao citar Martinz de Aguiar¹⁰, critica a posição daqueles que chamam de erro a colocação do clítico em início de período: “[...] no Brasil, na linguagem coloquial, o pronome átono pode assumir posição inicial de período (Bechara, 2019, p. 622). Este fenômeno, válido para a linguística, só por comodidade e inadvertência se tem dado como um ‘erro’ de gramática” (Bechara, 1969 [1961], p. 403).

Prescreve próclise em orações subordinadas com verbo flexionado; com verbo modificado diretamente (sem pausa entre eles) por advérbio; com verbo no futuro do pretérito; em orações iniciadas por palavra interrogativa ou exclamativa; com verbo no gerúndio precedido da preposição *em*, e em orações exclamativas e optativas.

Nas situações que envolvam a locução verbal, orienta que, com verbo principal no infinitivo ou no gerúndio, pode haver próclise ou ênclise ao auxiliar. Quando o verbo principal estiver no particípio, menciona possível a próclise ou ênclise ao auxiliar. Pontua, neste caso, um dado da pronúncia brasileira, que realiza próclise ao verbo principal, com o que a Gramática Tradicional não concorda.

Os exemplos utilizados por Bechara são retirados de autores como Machado de Assis, Alexandre Herculano, Marquês de Maricá, Rui Barbosa, e alguns consistem em frases simples, com o mero intuito de uma breve demonstração, criadas pelo próprio Bechara.

Deduzimos, pois, com o exposto até aqui que, conquanto o pensamento purista tenha sido em parte superado, o que se continuou a observar foi a recorrência a exemplificações feitas à base de textos literários, tanto brasileiros como portugueses, entre os quais se incluem obras dos séculos XVIII e XIX, mesmo em Bechara (2019), que, de modo geral, manteve o mesmo teor sobre a sínclide

10 “A colocação de pronomes complementos em português não se rege pela fonética, nem é o ritmo, o mesmo binário-ternário, em ambas as modalidades, brasileira e lusitana, que impõe uma colocação aqui, outra ali, não. Ela obedece a um complexo de fatôres, fonético (rítmico), lógico, psicológico (estilístico), estético, histórico, que às vezes se entre-ajudam e às vezes se contrapõem” (Aguiar *apud* Bechara, 1969 [1961], p. 402-403; 2019, p. 622).

pronominal, tendo sido acrescidas apenas algumas prescrições, mas utilizando exemplos similares às regras já prescritas. Talvez a maior novidade em Bechara seja a crítica desferida a uma tradição grammatical demasiadamente cultora das síncises lusitanas e que buscava instituí-las no português brasileiro, ignorando o fato de a pronúncia aqui realizada ser diferente, com os pronomes clíticos sendo semitônicos, e não átonos, com maior entonação do que em Portugal, portanto.

| Um epílogo

Pronominais

*Dê-me um cigarro
Diz a gramática
Do professor e do aluno
E do mulato sabido
Mas o bom negro e o bom branco
Da Nação Brasileira
Dizem todos os dias
Deixa disso camarada
Me dá um cigarro.*

(Osvald de Andrade)

Muito oportuno se faz trazer o poema de Osvald de Andrade em epígrafe, cuja publicação se deu em 1925, oito anos depois do suplemento de Cândido de Figueiredo e seis anos mais jovem que a publicação do texto de Said Ali, todos contemporâneos entre si. O poema, obra Modernista que é, traz justamente a maneira brasileira corrente de se usar a próclise em início de período, representando um momento da história da arte brasileira em que se tentou, em alguma medida, subverter certos cânones estrangeiros; neste caso, a síncise da antiga metrópole.

Ocorre, porém, que as obras apresentadas neste artigo foram todas elas escritas com o objetivo de serem, em alguma medida, a “gramática do professor e do aluno”, pois, afinal, o motivo de se frequentar escolas é aprender a norma-padrão, a qual, por muito tempo foi confundida com uma língua literária que não tem uso na vida corrente, de modo que mesmo certos usos abonados por Bechara soariam estranhos em um ofício de uma instituição pública ou em uma notícia de jornal.

Todas as obras examinadas cumpriram um papel discursivo, político e social. Figueiredo (1917), imbuído da ideia de que a língua de Portugal era melhor que a do Brasil, apresentou seu posicionamento, embora questionável à luz linguística contemporânea, e demandou resposta de Said Ali (1919) e outros tantos, que, em que pese tenham se servido das ideias de Saussure e seus sucedâneos, também corroboraram a ideia de que os usos modelares eram aqueles das obras literárias escritas, algumas portuguesas. Isso pode ser também atribuído ao fato de que a maior disponibilidade de *corpora* para análise das regularidades da língua eram tais obras, uma vez que dedutivamente os jornalistas recebiam influência das fórmulas escritas dos literatos.

A tentação de criticar a obra de Bechara pode ser grande, pois, de fato, trata-se de uma obra de longa trajetória e que, como se viu, mantém-se fazendo descrição e prescrição com base no uso literário de séculos passados, e que, entre as edições de 1961 e de 2019, pouco mudou no tocante ao tema em questão. Porém, esta obra assim o fez, e faz, atendendo a necessidades da educação formal, que ainda demanda este tipo de concepção de linguagem. Incumbe aos educadores e pesquisadores cada vez mais mostrar uma língua como produto inacabado e mesmo cotejar gramáticas e suas edições, no confronto com a língua em circulação atualmente, e aí sim teremos cada vez mais demanda por novas gramáticas.

| Referências

- ALI, S. **Dificuldades da Língua Portuguesa**. 7. ed. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras; Fundação Biblioteca Nacional, 2008 [1919].
- ANDRADE, O. de. Pronominais. In: ANDRADE, O. de. **Obras Completas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. v. 6, 7.
- BATISTA, R. O. História e Historiografia da Linguística. In: BATISTA, R. O.; BASTOS, N. B. (org.). **Questões em Historiografia da Linguística**: Homenagem a Cristina Altman. São Paulo: Pá de Palavra, 2020.
- BECHARA, E. **Moderna Gramática Portuguêsa**. 15. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969 [1961].
- BECHARA, E. **Moderna Gramática Portuguêsa**. 39. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2019.

BECHARA, E. Apresentação. Primeiros Ecos de F. de Saussure na Gramaticografia de Língua Portuguesa. In: ALI, S. **Dificuldades da Língua Portuguesa**. 7. ed. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras; Fundação Biblioteca Nacional, 2008 [1919].

FIGUEIREDO, C. de. **O Problema da Colocação de Pronomes**: Suplemento às Gramáticas Portuguesas. 5. ed. Lisboa: Livraria Clássica, 1928.

MARQUES, L. M. B. **As Aulas de Saussure**: um retorno aos manuscritos. Belo Horizonte: PUCMinas, 2016.

SAUSSURE, F. de. **Curso de linguística geral**. 28. ed. São Paulo: Cultrix, 2012.

SAUSSURE, F. de. **Escritos de Linguística Geral**. São Paulo: Cultrix, 2004.

VIANA, G. Juízo Crítico. In: FIGUEIREDO, C. de. **O Problema da Colocação de Pronomes**: Suplemento às Gramáticas Portuguesas. 5. ed. Lisboa: Livraria Clássica, 1928. p. 5-11.

Como citar este trabalho:

SIEVERS, Marcelo Costa; CAMARA, Tania Maria Nunes de Lima. Síncise Pronominal – vestígios de uma controvérsia. **Revista do GEL**, v. 21, n. 3, p. 83-108, 2024. Disponível em: <https://revistadogel.gel.org.br/>.

Submetido em: 06/09/2024 | Aceito em: 17/12/2024.